

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, EVASÃO ESCOLAR E CARTEIRA ESTUDANTIL: DESAFIOS NA ESCOLA ESTADUAL TIRADENTES.

Maria do Socorro Costa – Magistério-RN
Valdemar Pereira da Silva – Magistério-RN

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma investigação que surgiu a partir das inquietações acerca da evasão escolar, imediatamente após a entrega da Carteira Estudantil na Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Escola Estadual Tiradentes, no turno noturno, em Natal-RN. Temos como objetivo investigar e compreender em que medida a busca pela Carteira Estudantil contribui para elevar o índice de evasão escolar, tendo sido observado através de registro de classe que após a entrega do documento estudantil a evasão escolar atinge seu ápice, gerando a necessidade de junção de turmas e fechamento de outras. Os resultados apontam que muitos são os motivos que levam a evasão na EJA, mas envolve principalmente a inadequação da educação oferecida nesta modalidade de ensino, falta de estímulo dos estudantes, questões familiares, problemas de trabalho e a busca pela carteira estudantil, sendo que muitos dos alunos evadidos em anos anteriores retornam no ano posterior e novamente abandonam a escola depois da entrega da nova Carteira Estudantil. Do total que retornaram, quando questionado qual a importância que a Carteira Estudantil teve em seu retorno à escola 25%, afirmam que nenhuma. Mais ou menos 25% e grande por 50%, ou seja, uma afirmação positiva de 75% do segmento. Diante dos fatos, sugerimos algumas questões, inerentes a diminuição dessa causa: Palestras de valorização e auto-estima, exemplificando pessoas que obtiveram êxito social e profissional frequentando supletivos ou EJA. Criação de um grupo na escola, responsável em contactar o aluno ou a família para questionar o porquê da evasão, propondo o retorno ou outra solução aplicada a cada caso. Realizar encontro nos primeiros dias de aulas, somente com alunos evadidos, em anos anteriores e discutir as desvantagens do tempo perdido, entre outros. Para a consecução deste estudo, optamos pela relação de uma pesquisa que levassem em conta dados quantitativos e qualitativos. Nesse sentido, privilegamos alguns procedimentos básicos para a obtenção dos dados, quais sejam: pesquisa bibliográfica, pesquisa em fontes documentais e pesquisa empírica, com a aplicação de questionários e entrevistas com professores, alunos, direção e equipe técnica.

Palavras Chave: EJA, Evasão Escolar; Carteira Estudantil.

1- INTRODUÇÃO

A evasão escolar é um dos temas de ampla preocupação dos estudiosos da educação ao longo dos últimos tempos. Essa problemática é mais acentuada, quando se tratar do processo de aprendizagem do aluno da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Isso é o que objetivando investigar, dessa vez, procurando desvelar em que medida a simples emissão da Carteira Estudantil contribui para elevar o índice de evasão escolar da rede de ensino de Natal, tendo como referencia a Escola Estadual Tiradentes.

Nesse sentido, buscaremos responder no decorrer da pesquisa a confirmação ou não do alto índice de evasão escolar tendo como um dos fatores impulsionadores a carteira de estudante corrente apenas da Carteira Estudantil.

A temática que diz respeito a esse estudo envereda pela linha da educação, especificamente sobre a evasão escolar na EJA, na Escola Estadual Tiradentes, nas turmas do curso noturno.

O presente Trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro, discutiremos o contexto histórico da EJA no Brasil, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, e especialmente no tocante a escola objeto de nossa investigação, a Escola Estadual Tiradentes. Questão esta contextualizada.

No segundo capítulo, procuramos observar em que medida a evasão é decorrente da aquisição da carteira estudantil. Para tal empreitada levamos em considerações informações relacionadas ao bairro em que residem os estudantes, a caracterização da escola, bem como o perfil socioeconômico do aluno.

No terceiro capítulo, diagnosticamos e analisamos os resultados dos questionários aplicados com alunos, direção, equipe técnica e professores. Para a consecução deste estudo, optamos pela relação de uma pesquisa que levassem em conta dados quantitativos e qualitativos. Nesse sentido, privilegiamos alguns procedimentos básicos para a obtenção dos dados, quais sejam: pesquisa bibliográfica, pesquisa em fontes documentais e pesquisa empírica, com a aplicação de questionários e entrevistas. Foram inquiridos em nosso estudo 20 sujeitos envolvidos diretos e indiretamente. Sendo 05 professores, 05 da equipe técnica, direção e 10 alunos que regulamente estão presentes na Escola Estadual Tiradentes. Informamos que as opiniões dos entrevistados serão conhecidas no corpo do trabalho por letras e ocupação ou função, pois não dispomos de autorização dos entrevistados para externar as suas identificações.

Por fim, nas “considerações finais” apresentaremos algumas considerações sintéticas a respeito do tema e da instituição em questão.

2- NAVEGANDO NA HISTORIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

2.1 Educação de Jovens e Adultos no Brasil

Pode-se tratar da história da EJA no Brasil retomando séculos de história, mas para os propósitos deste trabalho é suficiente considerar apenas a sua trajetória nas últimas cinco décadas do século XX e a inicial do século XXI.

Desde o final dos anos 50, durante o governo populista, o país vivia a efervescência na educação de adultos, principalmente por parte da sociedade civil. Em 1958, o “II Congresso nacional de Educação de Adultos” tornou-se um marco na área, pois revelou a variedade de posições ideológicas dos participantes sobre reavaliação, teorização e metodologia para a EJA.

Lá estava Paulo Freire, cuja biografia se confunde com a história da Educação brasileira, apresentando seu relatório “A Educação de Adultos e as Populações Marginais: o Problema dos Mocambos”. Nesse, documento, Paulo Freire defendia e propunha que a educação viesse estimular a colaboração, a tomada de consciência social e política para uma participação crítica dos sujeitos em sua realidade social e vivência. MOURA, (1999).

È por intermédio de Paulo Freire que acontece uma mudança no paradigma teórico metodológico da EJA. Na visão de alguns a introdução da educação popular enfraquece a concepção do adulto analfabeto como incapaz e marginal. Segundo Gadotti (1995, p.19), “as experiências de freire no Brasil, eram experiências não estatais, desenvolviam-se exteriormente ao Estado, e geralmente se confrontavam com as políticas hegemônicas do Estado”, mas objetivava libertar o sujeito a partir do estudo de sua realidade socioespacial.

Muitos foram os movimentos em prol da EJA, os mais significativos foram os realizados em Recife (PE), denominado de Movimento de Cultura Popular; em 1961 surgiu o Centro de Cultura Popular Nacional dos Estudantes, Movimento de Educação de Base (MEB); Natal RN, De Pé no Chão Também se Aprende a Ler; Paraíba Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR).

A partir do golpe de 1964, as experiências e discussões sobre a EJA, muitas delas inspiradas na teoria de FREIRE, são freadas. Inicia-se uma época de estagnação, quando qualquer iniciativa, principalmente, nas áreas sociais é bloqueada por ser considerada uma ameaça ao grupo no poder. Uma das ações da ditadura foi proibir a utilização das propostas de FREIRE, pois elas contribuía para alavancas as leituras do mundo são não palavras aceitas pelos os dominantes. Dizia Paulo Freire que as classes

dominantes aguentam a alfabetização, mais não aguenta a leitura da realidade do aluno, pois proporcionaria a liberdade do sujeito.

Durante os primeiros anos de governo militar a educação é deixado de lado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC). Somente com pressão internacional exercida pela Organização das Nações para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), é que são retomadas ações do país na área educacional. Os critérios político-ideológicos estavam orientados, principalmente, para a formação de mão-de-obra qualificada, o que demonstrava o privilégio aos critérios econômicos da ação. A alfabetização passa a ser estratégica neste momento, pois sua orientação servia a despolitização suavizando prováveis conflitos.

Na década de 80, surgem as campanhas de educação, como A Cruzada da Ação Básica cristã – ABC é uma entidade educacional de origem protestante, surgida em Recife nos anos 60 para a educação de analfabetos (Parecer CNE/CEB 11/2000). Que contava com o apoio de recursos norte-americanos o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, considerado um desperdício, por parte de planejadores, e educadores e intelectuais, que o tinham mais como uma forma de cooptação do que de promoção do pensamento crítico, o sistema de ensino supletivo, e algumas ações não governamentais, mas que eram financiadas pelo governo.

Neste período, com a participação crescente da sociedade civil, o país passa por várias mobilizações, articulações políticas, ampliação e revisão de movimentos sócios educativos, etc.

Em 1985, o MOBRAL é substituído pela Fundação EDUCAR (MEC), que não executa diretamente os programas, mas dá apoio financeiro e técnico às ações de outros níveis públicos, de Organizações Não Governamentais - ONG s e de empresas.

Na constituição de 1988 ficou garantida a extensão da obrigatoriedade da educação básica para jovens e os adultos. Porém, no Art.208 dessa mesma Constituição, depois da emenda 14/96, a EJA, através da imposição de limites, é praticamente posta fora do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF, pois este se aplicaria exclusivamente ao ensino fundamental, não favorecendo o retorno (supletivo) ou ensino secundário. (BRASIL, 2000, P.16)

No início dos anos de 1990, tem-se de um lado o poder público sofrendo exigências político-econômicas (nacional e internacional) por ações mais efetivas no setor, de outro, de instituições governamentais e não-governamentais que têm contribuído com novas propostas e idéias para redimensionar o sistema educacional brasileiro.

Com a disseminação política do pensamento e modelo neoliberal, os gastos públicos sofreram uma grande diminuição, enxugamento que levou o Estado a procurar privilegiar a educação para crianças e adolescentes, com idades entre 7 e 14 anos, dando conseqüentemente menos atenção a EJA. A pressão internacional fez, porém, com que o governo federal assumisse a posição de articulador ou mediador de algumas ações alfabetizadoras (ou seja, não mais de promotor), delegando aos estados e municípios os desenvolvimentos das políticas e ações mais efetivas na área, no âmbito dessa modalidade de ensino.

Em 1990, com o início do governo Collor, a Fundação EDUCAR é extinta, e o Governo Federal não volta mais a atuar diretamente sobre a EJA, cabendo aos Estados e Municípios o compromisso com esta modalidade de educação (Comunidade EJA On line: Um ambiente web para integração de profissionais e pesquisadores da EJA).

Na nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional), de 1996, ou Lei Darcy Ribeiro, como é conhecida - há a afirmação do papel do apoio da União às iniciativas locais (Estados e Municípios) e a descrição das atribuições dos Estados e Municípios com o ensino médio e fundamental. No que se refere à EJA, ao invés de se dar maior responsabilidade aos Municípios, que estão mais próximos para atuarem em nível local, atribui-se a ela ainda menor prioridade do que a educação infantil. Pelo visto, atualmente quando se busca a educação para todos, a EJA tem sido despriorizado pelos governos municipais, estaduais e federais. Sem prioridade, fica difícil reduzir o número de analfabetos do país, pois uma das modalidades de ensino, como é o caso da EJA não tem tido a atenção que merece dos poderes públicos. Uma modalidade de ensino que tem convivido com sérios desafios e que almeja encerrá-los.

Após intensa disputa no Congresso Nacional, onde a mobilização das entidades da sociedade civil cumpriu papel estratégico, foi aprovado um Plano Nacional de Educação (Lei n.º. 10.172/2001), que incorporou várias metas defendidas pelos movimentos em defesa da escola pública. No que se refere a EJA, 26 (vinte e seis) metas prioritárias foram definidas, para serem cumpridas até 2011. O Plano aprovado previa a

ampliação dos recursos públicos para 7% do PIB, de modo a cumprir suas metas. Mais uma vez, um veto do Presidente da República à época torna sem efeito esta redefinição de recursos do PIB, condição única para viabilizar a implementação do PNE (Brasil 2009).

Inicia-se, então, uma luta sem sucesso pela derrubada dos vetos, tanto do FUNDEF, quanto do PNE, que alimentou o diálogo da sociedade com o Governo Lula, e desembocou em progressiva implantação de políticas de financiamento para a EJA, culminando com a aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB), em 2006. Este Fundo contempla, na contabilização e na destinação de recursos, os educandos de EJA. A conquista de espaço no Fundo, contudo, não foi integral, uma vez criado o limite de destinação de 15% dos recursos do Fundo, em cada estado, para a modalidade de EJA e a contabilização de um educando de EJA como equivalente a 0,7 de outro, estudante das séries iniciais do ensino fundamental urbano (Brasil 2009).

2.2- Educação de Jovens e Adultos no Rio Grande do Norte

Os decretos, Portarias e Resoluções Escolares, no Rio Grande do Norte, dentro do contexto histórico nacional não diferem muito foi organizada através de debates reflexões e construção coletiva, nas quais a Educação de jovens e adultos (EJA) inseriu-se neste processo. Onde essa modalidade da Educação Básica foi impulsionada e trazida para o centro das políticas educacionais, uma vez que foi compreendida a importância da EJA para o Rio Grande do Norte, colando-a nos Princípios e Diretrizes para Educação Pública no Estado do Rio Grande do Norte, nesse contexto o Conselho Estadual de Educação recebeu o Processo nº. 002/96 da Câmara de Ensino Supletivo, aprovado em: 16.10.1996, tendo como relator o Conselheiro Luiz Eduardo B. Suassuna, o relatório e o entendimento traziam o seguinte texto:

Em inúmeros pareceres provenientes da Câmara de Ensino Supletivo, enfocando os mais diversos aspectos, este Conselho já se pronunciou sobre os cursos supletivos ministrados pela Secretária de Educação, Cultura e Desportos.

Agora, mais uma vez, ocupam-se este Conselho da análise de nova proposta, desta feita caracterizada pelas maiores mudanças já introduzidas ao longo da história dos Cursos Supletivos no Estado. Há motivos de otimismo pelo esmero do estudo e

preparação do projeto encaminhado a esta Casa pela Titular da Subcoordenadoria de Ensino Supletivo.

As mudanças são muitas a começar pela própria denominação: o ensino supletivo deixa de existir, dando lugar à nomenclatura – Educação de jovens e adultos. Muda-se, também, a estrutura do curso, os critérios de avaliação e os índices de frequência escolar. É ainda solicitado um posicionamento a respeito das idades para início e conclusão do curso e sobre o aproveitamento de estudos dos alunos provenientes do SPG – CIPS.

Dois pontos fundamentais norteiam a proposta apresentada: quanto à parte curricular, é dada ênfase às experiências vivenciadas pelos alunos no seu cotidiano, aproveitando-as para que ele construa o próprio saber dentro dos parâmetros propostos pela teoria psicogenética de Piaget. Quanto à frequência, valoriza-se sobremaneira a presença do aluno em sala de aula, exigindo-se 70% de assiduidade para obter a aprovação. A primeira vista causa estranheza, pois a frequência sempre tende a ser o ponto mais flexível quando se trata de educação para alunos portadores de experiência de vida e maturidade acima do que comumente é exigido.

Entende o relator, pelo tipo de proposta apresentada, substancial, sequencial e interligada, ser indispensável à presença do aluno para o acompanhamento dos conteúdos ministrados, daí a exigência dos 70% de frequência para a aprovação.

A estrutura do curso está dividida em quatro anos, divididos em níveis: 1º nível, alfabetização com 01 (um) ano de duração; 2º nível, escolarização, com 01 (um) ano de duração; 3º nível, educação fundamental, com 01 (um) ano de duração; 4º nível, educação fundamental, com 01 (um) ano de duração.

A divisão em níveis, como foi estruturada, permite o aproveitamento de estudos dos alunos provenientes do SPG-CIPS, tornando-lhes prática e viável a circulação de estudos, desta modalidade para o ensino regular e vice-versa.

Apenas a título de exemplificação, transcrevemos um trecho do projeto a esse respeito: “O aluno que estiver cursando o terceiro nível poderá transferir-se para a 5ª ou 6ª série do Ensino Fundamental e o que estiver no 4º nível poderá ir para a 7ª ou 8ª série, e vice-versa”.

A prática demonstrará a viabilidade da circulação de estudos. Pela proposta apresentada nota-se uma praticidade nessa mudança do regular para o ensino de Jovens e Adultos, como também, o aproveitamento de estudos dos alunos provenientes do SPG-CIPS.

A proposta de avaliação visa a um acompanhamento constante do aluno, evitando o período regular de provas a cada bimestre. A nota bimestral será fruto de uma média aritmética de todas as atividades desenvolvidas pelo aluno. Para a aprovação por média exigir-se-á média mínima 7,0 (sete), e os que não obtiverem essa média terão outra oportunidade, quando deverão alcançar médias iguais ou superiores a 6,0 (seis). Por fim, quanto à solicitação do posicionamento deste Colegiado sobre os limites de idade para ingresso e conclusão no curso de Educação de jovens e Adultos, que, apesar de nova nomenclatura dada, é pela legislação atual (Lei 5.692/71), um curso supletivo de suplência, cumpra-se o que determina a Resolução com a qual a matéria é regulada por este Órgão normativo.

O relator posicionou-se favoravelmente à proposta Curricular do Curso de Educação Fundamental de Jovens e Adultos implantada pela Secretaria de Educação, Cultura e desportos do estado do Rio Grande do Norte, ficando estabelecido que os ajustes certamente necessários à concretização do êxito do plano, sejam devidamente comunicados à Subcoordenadoria de Inspeção Escolar e, quando for o caso, a este Conselho. A câmara de Ensino de 1º e 2º graus aprova o parecer nos termos do voto do relator. Na sala das Sessões, em Natal/RN, em 16 de outubro de 1996, estando composta por Maria Célia Lopes de Andrade, Presidente; Luiz Eduardo B. Suassuna, Relator. Decisão em plenária, O Conselho Estadual de Educação, reunido em Sessão Plena, nesta data, e acolhendo o parecer nº. 057/96, originário da Câmara de Ensino Supletivo, deliberou, por unanimidade, aprovar a conclusão apresentada e tomada nos termos do voto do relator. Sala das Sessões, Conselheira Marta Araújo, em Nata/RN, 16 de outubro de 1996. Laércio Segundo de Oliveira, Presidente em Exercício.

Esta política pública de Educação de Jovens e adultos constitui-se em três grandes eixos fundamentais: conceito de EJA e EJA como Direito, Organização dos Tempos e espaços e avaliação. EJA é Modalidade de Educação Básica direito do cidadão afastando-se da idéia de compensação e suprimento. Nessa perspectiva deve considerar o

perfil dos alunos e a faixa etária. São princípios norteadores da EJA: Identidade, Diversidade, Autonomia, Contextualização e interdisciplinaridade.

O conceito de parceria proposto no Governo do Rio grande do Norte pressupõe partilha de responsabilidades, inclusive porque esta é uma das principais características da EJA, porém ao Estado cabe o papel de indutor dessa demanda, garantindo a todos os jovens e adultos e idosos o acesso a Educação Básica. Para isso, devem-se desencadear ações que revertam a exclusão dessa modalidade de ensino, buscando parcerias com outras instâncias de governo e organizações da sociedade civil, através de um efetivo regime de colaboração. A Educação de jovens e adultos desenvolverá uma prática de Educação voltada para a vida, em que o (a) educando (a) aprende a aprender a sua realidade, vivenciando sua cidadania plenamente.

Outro desafio da educação é fazer frente ao contexto de precarização das relações de trabalho e a elevação do patamar de desemprego nas sociedades.

A concepção de alfabetização na Educação de Jovens e adultos articula a Educação Popular ao Construtivismo Interacionista, considerando os (as) educandos (as) sujeitos desse processo e agentes de transformação da realidade nas suas diferentes dimensões afetiva, social, cultural econômica e política.

Rompe-se, também, com a simples decodificação de signos, repasse de informações e ou conteúdos mínimos preestabelecidos.

Essa concepção de educação jovens e adultos será garantida através de espaços de formação permanente e continuada dos sujeitos envolvidos (educadores (as), educandos (as) e comunidades) para que eles (as) próprios (as) construam, num processo de relações horizontais, uma concepção de educação continuada ao longo da vida, com interação e dialogicidade.

Em nossas práticas escolares denominamos, restritamente, de avaliação a elaboração de provas e exames, uma vez que essas estratégias são compatíveis com aquilo que é esperado e exigido pela sociedade, competitiva, seletiva e excludente.

Provas exames implicam em exercemos julgamentos, escolhendo o certo e eliminando o errado, onde o primeiro é declarado com sucesso, o segundo, com fracasso, ambos os conceitos classificatórios, que são reforçados pelo modelo neoliberal.

Os indicadores do sucesso e do fracasso, geralmente caracterizados por objetivos específicos e mensuráveis, tornam-se parâmetros avaliativos e excludentes massacrando inúmeros educandos (as) que tentam, incessantemente, cumprir com os procedimentos planejados pela escola/núcleo.

O número de reprovações e de evasões é crescente, por isso é fundamental nos questionarmos sobre os motivos do fracasso, sem deixar de levar em consideração que no processo de avaliação classificatória os aspectos quantitativos são mais valorizados que os qualitativos.

Avaliação é na maioria dos casos continua a ser, instrumento de poder dos (as) professores (as) quando decidem sobre os rumos dos (as) educandos (as) quando entrar na escola, como ficar na escola e a hora de sair da escola.

Se, por um lado, é verdade que reorganizar os tempos de ensinar e aprender em EJA é um desafio, por outro, redimensionar a avaliação passa a ser crucial e estratégico, pois, caso contrário, todos os ganhos curriculares ocuparia o lugar do senso-comum ou o discurso simplesmente teórico.

O caráter classificatório atribuído às práticas avaliativas não tem como assumir um currículo que pressuponha as duas dimensões de tempo colocadas nos currículos, tempo da escola e o tempo dos (as) educandos (as), por isso, propomos inverte a lógica, passando a legitimar a avaliação emancipatória.

3- A EVASÃO CAUSADA APÓS A AQUISIÇÃO DA CARTEIRA ESTUDANTIL

3.1 Bairro/evasão

Através de experiência ou com base em algumas pesquisas sobre o tema, sabemos que os motivos que geralmente levavam os jovens e adultos à escola referenciam-se predominantemente às suas expectativas de conseguir um emprego melhor. Mas suas motivações não se limitam a este aspecto. Muitos se referem também à vontade mais ampla de “entender melhor as coisas”, “se expressar melhor”, de “ser gente”, de “não depender sempre dos outros”. Especialmente as mulheres, referem-se muitas vezes também de ajudar os filhos com os deveres escolares ou, simplesmente, de lhes dar um bom exemplo. Outro motivo que gostaríamos de chamar bastante à atenção, que ao longo de muitos anos não tem sido estudado é o meio de tirar vantagem dentro desta sociedade

capitalista, uma vez que vive marcada por aceleradas transformações nos processos econômicos, culturais e políticos que determinam novas exigências para que os indivíduos possam inserir-se no mundo do trabalho e partilhar das riquezas, mais os processos de modernização e globalização da economia, impulsionados pelo avanço tecnológico, tem implicado na redução do emprego formal em todo mundo gerando insatisfações nos níveis individual e social. É o caso do Brasil, essa acentuação das desigualdades sociais e econômicas reflete-se nas condições de acesso à escola. Jovens e adultos pertencentes a famílias de baixa renda têm necessidade de trabalhar desde cedo para manter-se ou contribuir para renda familiar, no tempo atual até mesmo o deslocamento em busca de um emprego regue uma dependência financeira e, muitos dos nossos alunos estão buscando a escola para garantir o desconto de 50% na passagem de ônibus coletivo, isso fica claramente constatado através do diário de classe, pois dentro do acompanhamento das frequências nos nós disparamos com a seguinte situação, nos primeiros dias de aulas as turmas do 3º e 4º níveis, chegam a ficar com mais de cinquenta alunos e cada sala, logo após a entrega da carteira, esse número chega a cair para entorno de mais ou menos 20 a 25 alunos por turma, isso novamente sendo comprovado pelas frequências diárias, feitas em sala de aulas. Desta forma inserimos mais esta característica na busca da escola por Jovens e Adultos, ou seja, o fato de garantir um percentual de suas locomoções nos transportes coletivos.

Tendo em vista a localização geográfica da escola estadual Tiradentes, situada num dos bairros de classe média desta capital, conjuntamente com a experiência dos docentes, os quais a maioria integrante desta pesquisa, estão inseridos no contexto, contou-se através de levantamentos das fichas dos estudantes que muita da sua clientela é oriunda de outras comunidades isto também é um dos pontos que poderá estar possivelmente contribuindo para a evasão, já que este distanciamento necessita que os mesmo usem um meio de transporte. O que ocasionará falta constante às aulas, pois nem todos os dias terão acesso ao dinheiro em espécie, vale transporte e ou passe estudantil.

Conforme anteriormente citado concordamos também que a localização da escola também poderá ser usada como uma ponte de acesso à carteira estudantil. Como a escola dispõe de vagas para atender todas as solicitações de matrículas, o que não ocorre nas escolas estaduais situadas em locais de fácil acesso ou nos bairros vizinhos com as mesmas características, sendo que nas outras a disputa por vagas chegam a gerar filas e

vigílias o que demonstra um grande interesse por parte de sua clientela para assegurarem uma vaga, devido à facilidade de deslocamento de casa para a escola, através dos meios de transportes, ou até mesmo devido a grande tradição adquirida no passado o que não ocorre na escola em estudo, que em certas situações chegamos a fazer um grande esforço para aumentar o número de alunos.

Estes fatos geram uma incógnita. Não seria o difícil acesso uma dos motivos que selecionaria alunos realmente interessados em estudar, mais os fatos comprovam, o contrário, visto através da secretaria da escola (documentos, atas diários de classe, etc) que a nossa realidade e o inverso.

3.2 A escola

Em 12 de Agosto de 1975 na gestão do então governador Tarcisio de Vasconcelos Maia. A Escola Estadual Tiradentes foi inaugurada como CENTRO INTERESCOLAR DE 1º GRAU, sediada à Rua Régulo Tinoco, s-n. Criada através do Decreto N 102224-88 de 09-12-76 do Governo do Estado funciona conforme portaria N 297-767 - SEC-GS, de 30-12-1976.

Inicialmente os cursos por ela oferecidos eram destinados para alunos de Cursos Profissionalizantes através do convênio MEC DEF SEC-RN.

Segundo informações, colhidas com os antigos funcionários, as instalações do Centro funcionavam como anexo do Instituto Padre Miguelinho, oferecendo diversos cursos profissionalizantes. Nesta década destacada pelos movimentos em prol de uma melhoria educacional no tocante a Educação de adultos, a escola foi agraciada com a Companhia Nacional de Escola da Comunidade (CNEC), onde ministrava cursos profissionalizantes em nível de 2º grau. Outras Instituições estaduais ocuparam as instalações da mesma no turno noturno.

Mas durante o dia funcionava o regime seriado com a implantação da 5ª série, em 1976, sendo as demais implantadas gradativamente até o momento.

Em 1981 foram implantadas na estrutura curricular nas séries as seguintes disciplinas: Artes Industriais, Educação para o lar, Ensino Religioso, Laboratório,

Técnicas Agrícolas, Técnicas Comerciais. A escolha feita pelo o aluno limitava a apenas duas disciplinas escolhidas de acordo com as aptidões de cada.

A partir de 1991, deu-se à implantação das primeiras séries iniciais (1ª série e 4ª série). Já a implantação da educação de adultos ocorreu em 1986 como Supletivos de Educação Básica (SEB), e o Curso Intensivo de Programação Supletivo - CIPS. Sendo o SEB destinado aos adultos que nunca estudaram ou que não concluíram as quatro primeiras séries do ensino básico divididos em três níveis com duração de três anos. O CIPS contemplavam as pessoas que concluíram as quatro primeiras séries e que não concluíram as quatro últimas séries do 1º grau divididos em duas etapas com duração de dois anos.

Em 1983 a escola passa a trabalhar com ensino fundamental de 1ª a 4ª séries. Hoje de acordo com o parecer N 041/97 CEE-RN, trabalha com o CICLO BÁSICO, que corresponde às quatro primeiras séries, que constituído pelo CICLO DE ALFABETIZAÇÃO e CICLO DE SISTEMATIZAÇÃO, caracterizando-se cada ciclo como uma unidade, que se rompe com a seriação anual, notas e avaliações classificatórias.

Em 1996 a EJA – educação de jovens e adultos - amparada pelo parecer N 057/96 CEE-RN, passa a vigorar nos estabelecimentos de ensino do Rio Grande do Norte, e conseqüentemente nas escolas que já trabalhavam com alunos adultos.

No tocante a parte física, hoje a escola conta com suas estruturas restauradas, modernas, com rampa de acesso aos portadores de deficiências físicas, adequação as necessidades de melhoria da qualidade de vida como a não utilização do giz, evitando assim prejuízos à saúde dos professores e alunos.

A escola é constituída de um conselho escolar, responsável pelas deliberações nos assuntos de maior importância. E de um Caixa Escolar o qual é responsável pelo gerenciamento dos recursos financeiros, após a descentralização feita pelo Ministério da Educação, fazendo com que a escola administre seus recursos dentro da sua realidade da melhor forma possível. Os recursos destinam-se a merenda escolar do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), e do Plano de Desenvolvimento na Escola (PDE).

Até o ano de 2006, os recursos recebidos anualmente correspondem ao número de alunos do Ensino Fundamental, deixando de lado os alunos da EJA. Para a aplicação dos recursos do PDDE é feito um levantamento das necessidades através de reuniões envolvendo Conselho da Caixa Escolar, pais, alunos e demais segmentos da escola, para decidir a aplicação dos recursos, (serviços de manutenção, matérias de consumo, expediente e limpeza, materiais permanentes equipamentos e mobiliários).

O Programa de Desenvolvimento da Escola é um projeto que tem seus recursos destinados para a melhoria do processo ensino-aprendizagem como jogos pedagógicos, livros para didáticos, materiais esportivos, serviços de terceiros, instalação de ventiladores, cursos de capacitação de professores, materiais e equipamentos como ventiladores, maquina fotográfica e vídeo cassete, aulas passeios, etc.

Reconhecendo a importância de operacionalizar os princípios da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN N 9394/96 e a incumbência que dá ao estabelecimento de seu ensino no seu inciso I, artigo 22 a Escola Estadual Tiradentes trabalha seu Projeto Político Pedagógico em cima da real situação escolar se adequando a cada ano conforme necessidade comprometendo-se assim com uma educação de boa qualidade, cujo alicerce seja a valorização humana.

3.3 O ensino noturno

3.3.1 Perfil/caracterização

A partir do ano de 1996, a Escola Estadual Tiradentes voltou-se, única e exclusivamente, destinando o seu turno noturno para o Supletivo e posteriormente denominado Educação de Jovens e Adultos (EJA). Sendo objeto central da nossa investigação, tomamos como área de estudo a evasão escolar pós a aquisição da carteira estudantil. Garantindo assim, o percentual de 50% de desconto sobre o preço da passagem integral no transporte coletivo durante o ano todo. Independentemente se continuar ou não frequentando a escola. Esse estudo foi realizado no 3º e 4º níveis noturno do ensino da EJA na Escola Estadual Tiradentes.

Gostaríamos de frisar que nesta instituição existem alunos de vários Bairros da nossa cidade e outros municípios vizinhos, mas a maioria dos alunos do turno em estudo é do Bairro Vermelho, onde está localizada a escola (Fichas dos Alunos). Já que muitos trabalham como: empregadas domésticas, babás, vigilantes, e residem no

local de trabalho, fazem parte de um percentual bastante considerável. Assim, como a maioria das instituições de ensino destinado à clientela de Educação de Jovens e Adultos a Escola Estadual Tiradentes, tem como público que procura os programas de Jovens e adultos é predominantemente jovem (ver gráfico 01). Cada vez mais se reduz o número de alunos que não tiveram anteriormente algum tipo de experiência escolar. Na sua grande maioria, são alunos que têm acumulado em seu histórico algumas experiências negativas em relação à escola. Alguns foram excluídos da escola, em função de ingressar prematuramente no mercado de trabalho, ou ainda é aquele que, após sucessivas repetências e/ou evasões, são obrigados a procurar os cursos noturnos na tentativa de conseguir a escolarização a que têm direito.

FAIXA ETARIA DOS ALUNOS

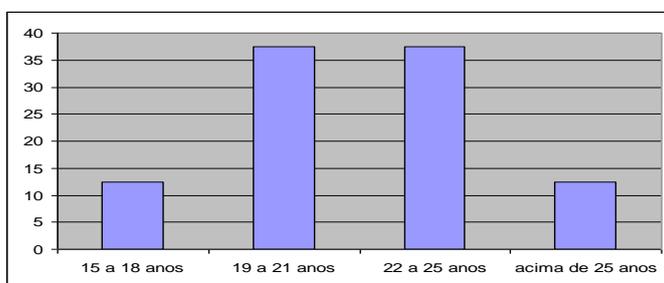


Gráfico 01
Fonte: Pesquisa de Campo

Quase todos os alunos, mesmo os mais jovens, são trabalhadores (ver gráfico 02). Com muitas dificuldades e acumulando responsabilidades profissionais e domésticas, utilizando seu já reduzido tempo de lazer, procuram à escola nos cursos noturnos, tentando, através da educação, melhorar sua condição de vida.

TRABALHA?

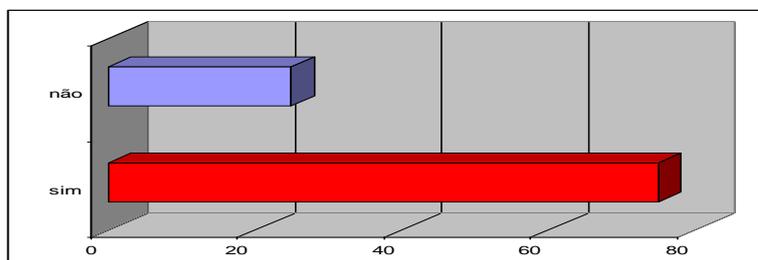


Gráfico 02
Fonte: Pesquisa de Campo

A maioria desses alunos tem poder aquisitivo baixo (ver gráfico 03), como também, muitos trabalham durante o dia todo, em diversos setores, comércio, oficinas, etc.

PODER AQUISITIVO

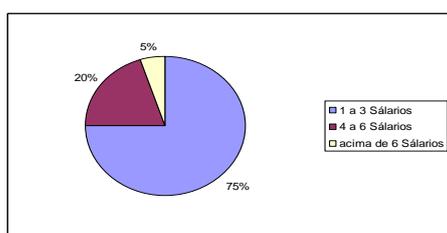


Gráfico 03
Fonte: Pesquisa de Campo

Partes representativas desta clientela apresentam baixa auto-estima, pouca participação, muitas atrasos e faltas às aulas, o que dificulta as ações do professor e contribui de forma negativa no processo ensino-aprendizagem.

Outro ponto que nos chamam bastante atenção é o fato de muitos dos nossos alunos serem já pais/mães (ver gráfico 04). Muitos ainda na fase da adolescência, o que dificultará ainda mais o acesso e permanência dos mesmos na escola e sua relação sócio-econômico. Também é bastante nítido o contato de muitos desses alunos com dependência de produtos químicos, álcool, fumo, medicamentos, maconha, etc.

TEM FILHOS?

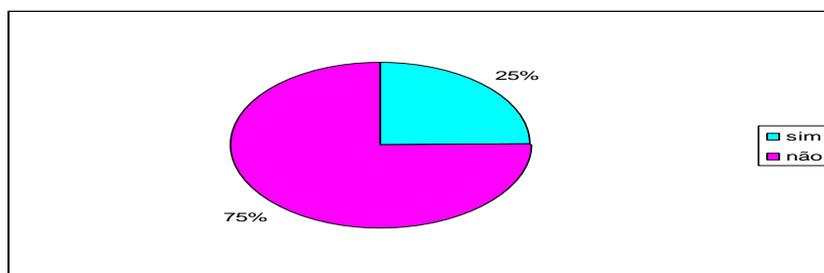


Gráfico 04
Fonte: Pesquisa de Campo

3.4-Diagnostico da evasão no ano de 2007.

No ano de 2007, na Escola Estadual Tiradentes, no turno noturno o qual funciona a Educação de Jovens e Adultos, foi matriculado um total de 281 alunos, distribuído da seguinte forma: 3º nível – A 45 alunos, 3º nível – B 46 alunos, 3º nível – C 47 alunos, 4º nível – A 48 alunos, 4º nível B 48 anos, 4º nível - C 47 alunos, desse total evadira-se 166 correspondente a 56,93%, foram canceladas 03 matriculas, correspondente a 1,06%, transferido 01 aluno, correspondente a 03,55%, reprovando 36 alunos, correspondente a 12,09%, aprovados 75 alunos correspondente a 23,04% (Ver Quadro 01).

DIAGNOSTICO DOS ALUNOS ANO LETIVO DE 2007

ANO 2007	QUANTIDADE	TOTAL (%)
EVADIDOS	166	59,1%
MATRÍCULAS CANCELADAS	03	1,1%
REPROVADOS	36	12,8%
TRANSFERIDOS	01	0,3%
APROVADOS	75	26,7%
TOTAL	281	100%

Quadro 01
Fonte: Ata Secretaria da Escola / 2007

Para 75% dos entrevistados procurou a escola 2007, por motivo de interesse próprio, já segundo 25% foi por causa do trabalho (ver gráfico 05).

QUAL MOTIVO PROCUROU A ESCOLA EM 2007?

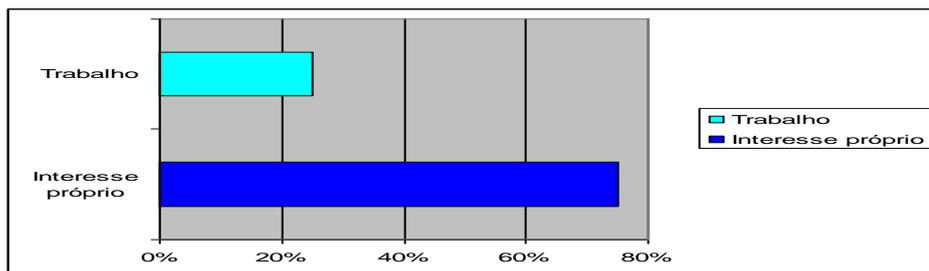


Gráfico 05
Fonte: Pesquisa de Campo

Observem-se várias contradições, primeiro se 25% procuraram a escola por motivo de trabalho, não poderia se também, motivo de 50% abandonarem. Outra, se a procuram é por interesse próprio, o porquê do elevadíssimo número de evasão? Esse comportamento diz respeito ao fato de não terem sido verdadeiros no item que se poder deixar bem explícito que os mesmos só realizaram matrículas para pegar a carteira, tal fato justifica, uma vez que, na cidade do Natal, capital do Rio Grande do Norte, esta sendo colocado em xeque, decorrentes de sérias denúncias de que haveria um grande percentual de carteira de estudantes falsa na cidade. O que levou os alunos entrevistados a não serem leais ao seu passado. Mas afirmando que a carteira estudantil é bastante importante em seu retornou, já que os mesmos ainda não haveriam recebido e acharam que seria um ponto positivo, pois que estuda precisa da carteira até mesmo

como identidade estudantil. Neste ultimo item os dados obtidos mostrou que 50% responderam que a importância da carteira estudantil teve grande importância em seu retorno, 25% mais ou menos e 25% nenhuma, se somamos os percentuais de grande e mais ou menos, registraremos um total de 75% (ver Gráfico 06). Novamente vemos uma grande contradição, mais os diários de classe não deixar dúvidas que após a entrega da carteira as turmas chegam até uma redução que às vezes atingem até 70% da turma.

IMPORTÂNCIA DA CARTEIRA AO RETORNO

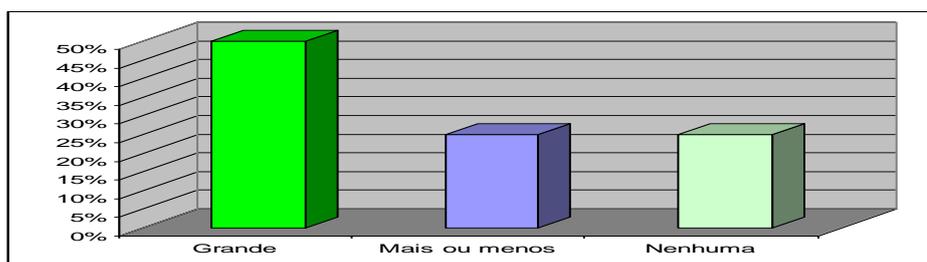


Gráfico 06
Fonte: Pesquisa de Campo

Também avaliamos se os mesmos tinham adquirido carteira estudantil no ano de 2007, ou seja, ano de sua evasão. 62,5% responderam que sim e 37,5% que não (ver gráfico 07). A nosso ver torna-se mais uma prova do verdadeiro objetivo desses alunos. Desse total que adquiriram a carteira, 60% utilizaram para transporte, 20% para festas e 20% transporte e festas.

COMO UTILIZOU A CARTEIRA EM 2007?

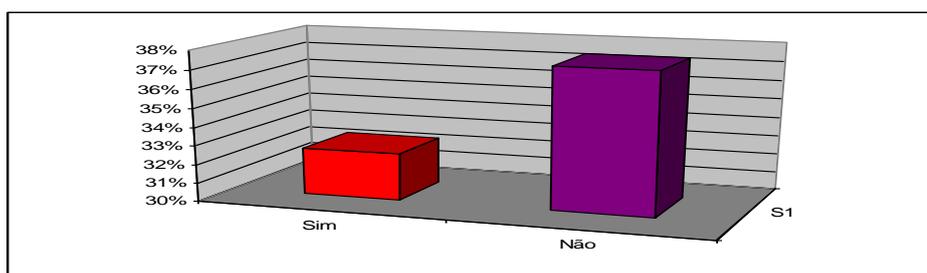


Gráfico 07
Fonte: Pesquisa de Campo

Quando questionamos qual o motivo que levou os mesmos abandonarem a escola em 2007, os resultados foram os seguintes: por causa do trabalho 50%, por motivos econômicos 25%, viagem 12,5% e por questões familiares 12,5%, há

alternativa econômico aqui estava como sinônimo de carteira estudantil (ver gráfico 08).

PORQUE ABANDONOU A ESCOLA EM 2007?

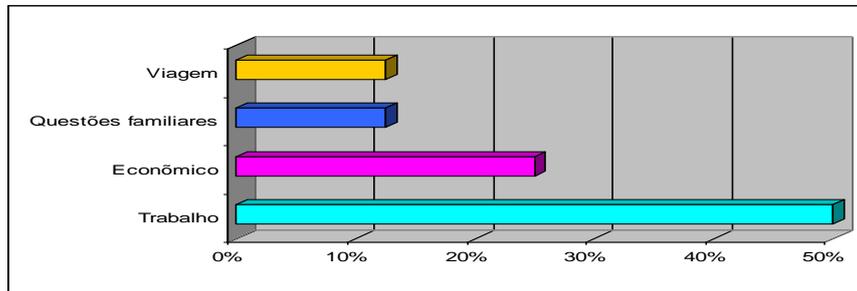


Gráfico 08
Fonte: Pesquisa de Campo

Como deu pra perceber, o percentual de alunos evadidos é bastante elevado, sendo objeto principal de nossa investigação. Na visão dos professores (questionário), as implicações dessa evasão são as seguintes: A busca da Carteira Estudantil tendo sido ordenado em 1º lugar por 50%. E 25%, em segundo e terceiro lugar respectivamente, 4º lugar não tendo sido citado por nenhum entrevistado. Falta de estímulo do estudante, Citado por 25% em primeiro lugar, não sendo citado em segundo lugar, terceiro lugar 50%, e em quarto lugar 25%. Decorrentes de questões familiares, não sendo citado como primeiro lugar por nenhum dos entrevistados, em segundo lugar citado por 25%, terceiro lugar citado por 25% e em quarto lugar 50%. Problemas de trabalho, colocado em primeiro lugar por 25%, segundo lugar citado por 50%, em terceiro lugar não tendo sido citado, em quarto lugar colocado por 25%.

Novamente percebemos que na visão dos professores, quando analisados diversos itens correspondentes a evasão escolar, o que obteve maior percentual em 1º lugar foi a Carteira de Estudante. Sendo uma grande fonte de investigação, uma vez que, os mesmos convivem diariamente com os alunos e tendo certo controle (diário de classe) de como esse processo ocorre durante o ano. Sendo confirmado pela frequência que o mês subsequente a entrega da Carteira de Estudante corresponde a o ápice dessa evasão.

Para 50% dos professores não há mudança na sua prática em sala, decorrente dessa evasão, 25% modifica sua prática em sala de aula através do relacionamento, dando maior estímulo e valorização ao aluno. Já para 25% sente-se maior estimulado em dá

aula, uma vez que percebe que os alunos que ficam demonstram maior grau de interesse e participação nas aulas. (ver gráfico 09).

HÁ MODIFICAÇÃO DA PRÁTICA

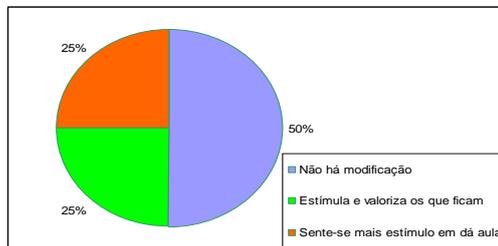


Gráfico 09
Fonte: Pesquisa de Campo

Quando indagados se percebem mudanças por partem dos alunos que ficam, 75% responderam que sim, dentro dos motivos citados; maior tranquilidade para realização das tarefas e maior concentração; maior interesse e vontade de assimilar os conteúdos; fazendo plano futuro para estudar. De acordo com 25% não percebe nenhuma mudança por parte dos que ficam.

Quando perguntados se em conjunto com a escola já fez alguma política no sentido de diminuir essa evasão, 50% responderam que sim, colocando com exemplos: distribuição de livros para o que não se evadiram da escola; procurando mostrar a cada aula a importância de estudar. E 50% responderam que não.

Baseando em comparação a evasão em 2007, qual a diferença em relação aos anos anteriores, houve um aumento para 100% dos professores, os fatores que contribuíram para esse resultado, segundo os mesmos, foram 100% relacionados com as alternativas ordenadas no item 01 do questionário dos professores, ou seja, a busca da Carteira Estudantil, a falta de estímulo dos estudantes, problemas familiares e de trabalho.

De acordo com 100% dos professores, no ano seguinte a escola é procurada pela minoria dos que se evadiram no ano anterior. O que para nós é mais uma prova de que as maiorias tinham a intenção apenas de adquirir a Carteira Estudantil, tendo receio de procurar a escola e ser questionado pelo qual motivo evadiu-se da escola e o porquê voltou a procurá-la. Sendo mais fácil procurar matricula-se em outra instituição, ficando assim livre de questionamentos.

Na ordenação priorizando os motivos da evasão na escola, a direção e equipe/técnica, citaram os seguintes dados: a busca da Carteira Estudantil, em primeiro

lugar para 50%, em segundo lugar também para 50%, e não sendo citado em terceiro e quarto lugar respectivamente. Falta de estímulo do aluno, não sendo citado em primeiro e segundo por nenhum dos entrevistados, 50% em terceiro e quarto lugar respectivamente.

Questionamos também se haveria um acompanhamento de frequência dos alunos antes e depois da entrega da Carteira Estudantil. Tendo como respostas todas positivamente relacionando ambos os fatos. A seguir alguns relatos:

Entrevistado A. diretora da escola.

“Os alunos da Escola Estadual Tiradentes, na sua maioria, procura a escola porque quer concluir seus estudos, estão em busca de conhecimentos, embora a Carteira de Estudante certamente seja uma motivação a mais”.

Entrevistado B. orientadora pedagógica.

“Alguns alunos procuram a escola para obter a Carteira de Estudante, após o recebimento da mesma, observamos a evasão, o interesse de muitos se concentra apenas na Carteira, não existe interesse pelo estudo (aprendizagem)”.

Outro entrevistado. Vice-diretora

“Alguns alunos matriculam-se na escola apenas para obter a Carteira, após a aquisição iniciar-se a evasão”.

Para evitar a aquisição da Carteira Estudantil, pelo falso estudante, leia-se aqui como falso estudante, aqueles alunos que procuram a escola apenas para adquirir a Carteira Estudantil. Que providências direção e equipe/técnica devem tomar?

Dentre das providências citadas tivemos as seguintes: observar se o aluno é matriculado; acompanhar a frequência, averiguar e fiscalizar os atos dos funcionários responsáveis pelo preenchimento dos formulários.

Para finalizar foi colocada a seguinte questão. Qual o interesse em obter a Carteira de Estudante na EJA? Tendo sido colocado quatro alternativas: é de todos; é de grande parte; é da minoria e de ninguém. Obtivemos como resposta, grande parte 100%. O que a nosso ver é totalmente lógico, uma vez que, vivemos em uma sociedade capitalista onde a exploração do homem pelo homem é constantemente percebível, já que grande parte da população submete-se a qualquer tipo de trabalho para sobreviver, muitas vezes sem um digno salário e tendo seus direitos confiscados. Assim sendo para

muitos a aquisição da Carteira Estudantil passar a ser uma solução para facilitar o deslocamento do cidadão, principalmente nos grandes centros urbanos. E quanto mais puder economizar com gastos inevitáveis é benéfico à sobrevivência.

4- CONCLUSÃO

Com esse trabalho tivemos a intenção primeira de contribuir, para a escola ter um diagnóstico do alarmante número de evadidos de estudantes a cada ano.

Sabemos que os processos educativos em EJA e as transformações que dele advêm, são numerosas. E por vezes quase invisíveis. Foi neste sentido que surgiu a necessidade de estudar e comprovar se realmente a carteira estudantil era responsável por grande parte da evasão escolar na referida escola. Assim sendo diante de todas as evidências concluí-se que especificamente na escola Estadual Tiradentes no turno noturno onde funciona 3º e 4 níveis da EJA, dentre de todos os motivos que contribui para o aluno abandonar a escola a carteira de estudante configura-se em primeiro lugar.

Essa afirmação advém dos resultados obtidos através dos questionários aplicados com os segmentos: professores, equipe técnica, direção e alunos. Uma vez que os gráficos apontam a carteira estudantil como causa principal. Já que até os alunos, apesar das contradições, confirmam de forma indireta. Pois quando abordados sobre o que fez eles procurarem a escola no ano de 2007, os mesmos apontaram como principal fator o trabalho, assim sendo porque não continuaram, os mesmos não pretendem mais trabalhar.

Posteriormente, questionados, qual a importância que a carteira estudantil teve em seu retorno a escola (2008) 25%, afirmam que nenhuma, mais ou menos 25%, e grande por 50%, ou seja, uma afirmação positiva em 75% do segmento. Esses dados só foram possível vez que os mesmos ainda permaneceram em sala de aula. O que não condizia com a questão anterior. Já que os mesmos tinham sacramentado o fato (evasão).

Diante dos fatos surgiremos algumas questões, inerentes a diminuição dessa causa, entre elas:

- Aplicação de um questionário sócio-econômico, onde os mesmos deverão preencher todos os espaços abordados no ato das matrículas. Dentre as questões, se tratando de alunos evadidos em anos anteriores, deverá assinar um termo de responsabilidade para permanecer na escola. Também constará

um item que após varias desistências a escola ficará desobrigada da renovação da matrícula.

- Palestras de valorização e auto-estima, exemplificadas pessoas que obtiveram êxito social e profissional frequentando supletivos ou EJA.
- Distribuição de passes estudantil a alunos evadidos em anos anteriores, se deixar de frequentar a escola perderá o benefício e se matriculando no ano posterior não terá direito.
- Criação de um grupo na escola, responsável em contactar o aluno ou a família para questionar o porquê da evasão, propondo o retorno ou outra solução aplicada a cada caso.
- Realizar encontro nos primeiros dias de aulas, somente com alunos evadidos, em anos anteriores e discutir as desvantagens do tempo perdido.
- Incentivos por parte da equipe técnica, professores e direção em sala de aulas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL.VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA) / Ministério da Educação (MEC). – Brasília: 2009. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea_docfinal.pdf

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares para educação de jovens e adultos**: Parecer. Brasília, 2000.

COMUNIDADE EJA On Line: **um ambiente Web para Integração de profissionais e Pesquisadores da EJA**. 05/04/2004.

FORACCHI, Marialice. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Nacional, 1977. 318p.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. (orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: teoria prática e proposta** – São Paulo, Cortez, Instituto Paulo Freire, 1995.

GOIS, Antônio. **A MP das carteirinhas**. www.2.uol.com.br. 31/05/2004.

GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE, Escola Estadual Tiradentes. **Projeto político pedagógico**. Natal, 2007.

GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE, Parecer nº. 057/96 **Câmara de ensino Supletivo**. Natal, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a formação da cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **1968 Faz 30 anos**. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapespp; São Carlos, SP: Edufscar, 1998. 166p.

MOURA, Tânia Maria de Melo. **A prática dos alfabetizadores de Jovens e Adultos:** contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió. EDUFAL, 1999.

POERNER, Artur José, **História da participação política dos estudantes brasileiros.** 2ª edição revisada, ilustrada e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, 359p.